

137.690,00; VALOR GLOBAL LICITADO: R\$ 8.754.689,92. Ficam convocadas as empresas acima mencionadas, para no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, comparecerem na sala da CPL-SRP, situada na Rua do Sol, 143, 5º andar do Edifício IPSEP, Santo Antônio, Recife/PE, para assinatura da **Ata de Registro de Preços n.º 016/2015. Recife, 10 de junho de 2016. CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA,** Procurador Geral de Justiça.

Secretaria Geral

PORTARIA POR SGMP- 256 /2016

O **SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES-PGJ nº 002/2014, de 17/03/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014,

Considerando os termos do Requerimento eletrônico nº 65760/2016,

Considerando, ainda, a necessidade e a conveniência do serviço,

RESOLVE:

I – Lotar o servidor **FELIPE DA FONSECA LINS**, Técnico Ministerial, matrícula 187.773-9, na Divisão Ministerial de Serviços Contábeis;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 10 de Junho de 2016.

Aginaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 257 /2016

O **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO** no uso de suas atribuições contidas na RES-PGJ nº 002/2014, de 17/03/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014, e por determinação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça;

Considerando os termos do requerimento eletrônico nº 70473/2016;

Considerando, ainda, a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Lotar o servidor **BENEDITO ALVES TIU JÚNIOR**, Analista Ministerial – Área Jurídica, matrícula nº 189.304-1, na 16ª Procuradoria de Justiça Cível;

II – Esta Portaria entrará em vigor no dia 13/06/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 10 de junho de 2016.

Aginaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 258/2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES – PGJ nº 002/2014, de 17.03.14, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.03.14;

Considerando o teor do Requerimento Eletrônico protocolado sob o nº70178/2016;

RESOLVE:

I - Conceder o gozo de licença - prêmio a servidora **MARIA MAZARELO ALVES**, Técnica de Nível Superior, matrícula nº1880977, por um prazo de **90 dias**, contados a partir de **01/06/2016**.

II – Esta portaria retroagirá ao dia 01/06/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 10 de junho de 2016.

Aginaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 269/2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES – PGJ nº 002/2014, de 17.03.14, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.03.14;

Considerando o teor do Requerimento Eletrônico protocolado sob o nº70116/2016;

RESOLVE:

Conceder o gozo de licença - prêmio a servidora **KATHARINE DE ALMEIDA CORREIA**, Agente Administrativo, matrícula nº 188.558-8, por um prazo de **30 dias**, contados a partir de **01/07/2016**.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, de junho de 2016.

Aginaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Ministério Público Estadual

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

No dia 10/06/16

Expediente: CI 91/2016
Processo nº 0018352-1/2016
Requerente: CMAD
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 84/2016
Processo nº 0017285-5/2016
Requerente: CMGP
Assunto: Solicitação
Despacho: À AJM. Segue para as providências quanto à servidora Lucinalva Maria Paiva Patriota.

Secretaria Geral do Ministério Público - Recife, 10 de junho de 2016.

Valdir Francisco de Oliveira
Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

Comissão Permanente de Licitação - CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SRP

ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2015, da Comissão **CPL-SRP**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2015**, tipo "Menor Preço por Lote", **Objeto Natureza:** Compras e Serviços. **Objeto Descrição:** Aquisição, por meio de registro de preços, do tipo de menor preço por lote, de provimento de servidores de virtualização, rack para servidores, Switch híbrido SAN/LAN, Transceiver, licenças vmware, expansão do storage, e contratação de serviço de implementação da solução e treinamento **para modernização do Datacenter do MPPE**. Considerando as atribuições dispostas no Art. 18, inciso V, da Resolução RES-PGJ n.º 006/06, de 10.10.2006, publicada no DOE 11.10.06, atendendo ao disposto no Art. 4º, inciso XX e XXI da Lei Federal n.º 10.520/2002 e Art. 8º, incisos X e XII, do Decreto Estadual n.º 32.541/2008, e suas alterações posteriores, declaro vencedoras e **ADJUDICO** o objeto do referido processo, conforme a seguir: **A) PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ N.º 02.213.325/0001-88 - Lote: 1; B) BELTIS COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELI., CNPJ N.º 09.116.592/0001-86 - Lote: 2; C) CLICK DATA SOLUÇÕES INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ N.º 12.431.149/0001-04 - Lote: 3; D) AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA., CNPJ N.º 81.627.838/0001-01 - Lotes: 4 e 6; e E) G3 COMÉRCIO E SISTEMAS LTDA., CNPJ N.º 02.606.231/0001-79 - Lote: 5.** O referido processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para fins de **HOMOLOGAÇÃO. Recife, 10 de junho de 2016. ADEILDO JOSÉ DE BARROS FILHO**, Pregoeiro - CPL/ SRP.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Termo de **Inexigibilidade de Licitação n.º 017/2016** da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do **Processo Licitatório n.º 026/2016**, com fundamento no Art. 25, inciso II, c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a **contratação da EMPRESA BÉRGAMO CURSOS LTDA, CNPJ/MF n.º 10.794.609/0001-33**, para realização do curso de capacitação **“Português e Redação para o ENEM”**, destinado a uma turma de até 150 (cento e cinquenta) estagiários de nível médio do Ministério Público, com 16 horas, no formato de 04 encontros de 04 horas cada, nas últimas sextas-feiras que antecederam o ENEM, a ser realizado nas instalações da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco, nesta cidade, pelo valor total de **R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). DETERMINO** que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação da citada empresa.

Recife, 10 de junho de 2016.

AGUINALDO FENELON DE BARROS
Secretário Geral do Ministério Público

Promotorias de Justiça

13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

PORTARIA Nº 012/2016

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio do 13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21/1998:

CONSIDERANDO a notícia de fato recebida por esta promotoria de Justiça sobre a Igreja Assembleia de Deus no Alto do Capitão, Dois Unidos, faz uso de equipamento sonoro, sem as cautelas legais para evitar a prática de poluição sonora, perturbação ao sossego publico, causando incômodo a circunvizinhança;

CONSIDERANDO que a poluição abrange a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, de acordo com os termos do artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 6.938/81; **CONSIDERANDO** que constitui infração penal causar poluição **de qualquer natureza** em níveis tais que resultem ou possam

resultar danos à saúde humana (art. 54 da Lei nº 9.605/98 e art. 42, I, da Lei de Contravenções Penais); **CONSIDERANDO** o fato de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (art. 255, *caput*, Constituição Federal);

CONSIDERANDO, caber ao Ministério Público promover a defesa dos interesses difusos da sociedade, em especial o amparo ao meio ambiente, segundo dicção do art. 129, inciso III, da Constituição da República, não podendo este se furtar a verificar a existência de lesões a tais interesses e consequente adoção das medidas pertinentes;

CONSIDERANDO, enfim, as atribuições desta Promotoria de Justiça, **RESOLVE INSTAURAR** o presente **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**, nos moldes da lei.

Por oportuno, aproveita para determinar as seguintes providências: Registre-se e autue-se, com as peças informativas pertinentes; Fica designada a servidora Sueli Aguiar para secretariar o presente inquérito civil;

Encaminhe-se a presente Portaria, por meio magnético, à Secretaria Geral do Ministério Público para a devida publicação no Diário Oficial do Estado, ao Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, para fins de conhecimento.

Recife, 10 de junho de 2016.

RICARDO V. D. L. DE VASCONCELLOS COELHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA COM EXERCICIO CUMULATIVO NA 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL
DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Investigado: MC Selo, ALATA e Kelvin Zika
Assunto: Direito à liberdade de identidade e expressão de gênero – transfobia da música “é menino ou menina?”.

PORTARIA

O Ministério Público de Pernambuco, através de seu representante, Promotor de Justiça da 8ª Promotoria de Defesa da Cidadania com atuação na promoção dos direitos humanos de Recife, no uso de suas atribuições e com base nas disposições dos arts. 129, inc. III, e 201, ambos da Constituição Federal, e nos fatos apresentados abaixo, determina a abertura de Inquérito Civil para investigar o direito à liberdade de identidade de gênero – transfobia da música “é menino ou menina?”. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu art. 1º, prevê que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Segue no artigo 2º afirmando que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania”. A dignidade humana é o fundamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e pressupõe entender a liberdade em conjunto com a igualdade, sendo assim, cometer o impróprio de discriminar situações iguais é opressão, e não liberdade. A ofensa, limitação ou supressão desses direitos, considerados fundamentais, implica em violação ao referido preceito. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e como objetivos construir uma sociedade livre, justa e solidária e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme previsto nos arts. 1º e 3º da Constituição Federal Brasileira.

É garantido pelo ordenamento nacional o direito à livre expressão e identidade de gênero. Deve haver a punição dos autores de comportamento ofensivos à dignidade das transexuais, das travestis e dos homens trans, assegurando-se o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem, de acordo com o art. 5º da Constituição Federal Brasileira.

O Centro de combate à homofobia de Pernambuco apresentou perante o Ministério Público de Pernambuco representação em desfavor dos cantores e compositores MC Selo, ALATA e Kelvin Zika, devido a autoria da música “é menino ou menina?” com possível conteúdo transfóbico.

Desta feita, faz-se imprescindível como garantia do direito à dignidade e respeito à pessoa humana, a abertura de procedimento, tendo como investigado os cantores e compositores MC Selo, ALATA e Kelvin Zika .

De forma que o Promotor de Justiça subscrito abaixo resolve:

Instaurar inquérito civil público, determinando:

- Autue-se o Inquérito Civil e proceda com as anotações no sistema eletrônico de dados do Ministério Público (Arquimedes);
- Designo audiência para a data de 07 de julho de 2016, às 14h;
- Notificar os compositores da música “é menino ou menina?”, MC Selo, ALATA e Kelvin Zika, para comparecerem à audiência e prestarem esclarecimentos quanto ao fato;
- Oficiar o Centro de combate à homofobia do Estado de Pernambuco, Centro de Cidadania LGBT de Recife, à Coordenação LGBT de Pernambuco e à Gerência de livre orientação sexual de Recife para comparecerem à audiência. Junte-se ao ofício cópia da presente portaria e da denúncia;
- Convidar por ofício a Associação Brasileira de Homens Trans (ABRAT) para comparecer à audiência. Junte-se ao ofício cópia da presente portaria;
- Convidar por ofício a Associação das Mulheres Trans de Pernambuco (AMONTRANS) para comparecer à audiência. Junte-se ao ofício cópia da presente portaria;
- Convidar por ofício a Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco - NATRAPE para comparecer à audiência. Junte-se ao ofício cópia da presente portaria;

Publique-se.
Registre-se, autue-se e cumpra-se.

Recife, 31 de março de 2016.

MAXWELL ANDERSON DE LUCENA VIGNOLI
Promotor de Justiça

Recife 11 de junho de 2016

Investigado: Escola Sylvio Rabello

Interessados: Pessoas Trans.

Denunciante: Gabriel Ferreira dos Santos

Assunto: Garantir o direito à dignidade das pessoas transexuais na escola - apurar a denúncia de prática de transfobia institucional na Escola Sylvio Rabello.

PORTARIA

O Ministério Público de Pernambuco, através de seu representante, Promotor de Justiça da 8ª Promotoria de Defesa da Cidadania com atuação na promoção dos direitos humanos de Recife, no uso de suas atribuições e com base nas disposições dos arts. 129, inc. III, e 201, ambos da Constituição Federal, e nos fatos apresentados abaixo, determina a abertura de Inquérito Civil, em garantia do direito à dignidade e à liberdade de identidade e expressão de gênero, para investigar a prática, em tese, de transfobia ocorrida na Escola Sylvio Rabello A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 1º, prevê que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Segue no artigo 2º afirmando que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania”, e no artigo 3º, “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

A República Federativa do Brasil constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e como objetivos construir uma sociedade livre, justa e solidária e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme previsto nos arts. 1º e 3º da Constituição Federal Brasileira.

A Lei 9394/90 (Lei de Diretrizes e Base da Educação), artigo 3º, prevê o princípio de respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Foi apresentada denúncia ao Ministério Público quanto à discriminação transfóbica por parte de membros da administração da Escola Estadual Sylvio Rabello.

Consta que, em diversas situações, ocorreram práticas transfóbicas advindas do corpo administrativo da referida escola, a exemplo do não reconhecimento do nome social, além de constrangimentos públicos praticados pela direção da escola.

Desta feita, faz-se imprescindível, como garantia do direito à dignidade e respeito da pessoa e à livre identidade e expressão de gênero, a instauração de procedimento investigatório pela 8ª Promotoria de Justiça de Direito da Cidadania de Recife, tendo como investigado Escola Sylvio Rabello e como assunto garantir o Direito à liberdade de identidade e expressão de gênero – transfobia em estabelecimento universitário.

O Ministério Público de Pernambuco, através da 8ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Recife RESOLVE: INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL adotando-se as seguintes providências:

1 – Autue-se o Inquérito Civil e proceda com as anotações no livro próprio e no sistema eletrônico de dados do Ministério Público (*Arquimedes*);

2 – Notificar a direção da Escola Sylvio Rabello, a fim de prestar mais esclarecimentos sobre o fato em audiência a ser realizada no dia 14 de julho de 2016, às 14h;

3 – Notificar o Centro Estadual de Combate à Homofobia, Coordenação de Direito LGBT do Estado, Coordenação de Direitos Humanos da Secretaria de Educação do Estado, para participar de audiência a ser realizada no dia 14 de julho de 2016, às 14h, e prestarem esclarecimentos quanto às ações realizadas na escola estadual para coibir a prática da transfobia. Juntar às notificações cópia da Portaria e da denúncia apresentada.

4 – Convidar o noticiante Gabriel Ferreira dos Santos, para participar de audiência a ser realizada no dia 14 de julho de 2016.

Publique-se.

Recife, 10 de maio de 2016.

Maxwell Anderson de Lucena Vignoli
Promotor de Justiça

Representado: Secretaria de cultura do Estado Pernambuco, FUNADARPE, EMPETUR, Prefeitura de Recife (Secretaria de cultura e de Turismo) e Fundação de Cultura de Recife

Assunto: Garantia do direito das pessoas com deficiência - cota legal na contratação dos artistas com deficiência para eventos públicos e privados.

PORTARIA

O **Ministério Público de Pernambuco**, através de seu representante, Promotor de Justiça da 8ª Promotoria de Defesa da Cidadania de Recife com atuação na promoção e defesa dos direitos humanos, no uso de suas atribuições e com base nas disposições dos arts. 129, inc. III, e 201, ambos da Constituição Federal, e nos fatos apresentados abaixo, determina a abertura de Inquérito Civil Público, em garantia do direito das pessoas com deficiência, para investigar a disponibilização de cota legal na contratação dos artistas com deficiência para eventos públicos e privados.

A convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência da ONU, Decreto legislativo 186/2008, Decreto 6.949/2009, determina que o Estado reconheça o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e promova o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas. A Lei federal 7853/89, art. 2º, III, d), dispõe quanto a regulamentação de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado. E é através do Decreto federal 3298/99, art.37, §1º que é definida a participação da pessoa com deficiência em concurso, determinando a reserva do mínimo percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

O Sindicato dos Músicos de Pernambuco solicitou providências no sentido de garantir o percentual mínimo de contratações de artistas com deficiência nos eventos realizados direta ou indiretamente com recursos públicos pela Secretaria de cultura de Pernambuco e do Recife, pela Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) e Fundação de cultura do Recife.